

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1681 | 6 A 11 DE SETEMBRO DE 2021



Conferência Nacional destaca importância da defesa da democracia e dos direitos



A 23ª Conferência Nacional dos Bancários aconteceu virtualmente nos dias 3 e 4/9 reunindo cerca de 1.200 delegados **(pág. 3)**

Trabalhadores conquistam duas importantes vitórias no Senado: a rejeição da MP 1045 e a aprovação do PDL 342 que susta a CGPAR 23 (págs. 4 e 5)

Sindicato realiza manifestações em defesa dos funcionários do Itaú e do Bradesco (págs. 7 e 8)

ARTIGO

SENADO GARANTE VITÓRIAS IMPORTANTES PARA OS TRABALHADORES

Em uma noite histórica para a classe trabalhadora, no último dia 1º/9, o Senado impôs duas derrotas ao governo Bolsonaro: ao rejeitar a Medida Provisória 1045/2021 e aprovar o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 342/2021 (projeto original PDC 956/18, da deputada federal Erika Kokay – PT/DF), que susta os efeitos da Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Essas foram duas grandes vitórias dos trabalhadores, em especial o PDL que não precisa de sanção presidencial e, portanto, não vai passar por Bolsonaro, que tentou, através do presidente da Caixa (Pedro Guimarães), derrubar o PDL que susta a CGPAR 23. A vitória em relação à MP 1045 também é muito importante, pois a medida instituiria mais uma reforma trabalhista.

A MP 1045/2021 trazia consequências drásticas para os trabalhadores, com a criação de novos regimes de contratação sem direitos a férias, 13º salário, carteira assinada, FGTS e outros direitos. Além disso, um artigo inserido na Câmara atingia as categorias com jornada especial de trabalho, como os bancários e jornalistas. O texto foi rejeitado por 47 votos a 27, após uma intensa luta das entidades representativas da classe trabalhadora, que exerceram grande pressão sobre os senadores. A rejeição da medida é resultado do trabalho institucional muito bem feito e bem organizado pelo movimento sindical dentro do Congresso Nacional, uma conquista da unidade das centrais sindicais.

A MP 1045 era inconstitucional, prejudicava o desenvolvimento do país, ao tentar trazer de volta a famigerada carteira verde amarela (uma carteira de trabalho com a retirada de vários direitos e que já tinha sido rejeitada no parlamento). É importante destacar que trabalho sem direitos é escravidão e que somente empregos de qualidade garantem o desenvolvimento de uma nação. Com a rejeição da MP pelo Senado, a MP 1.045 será arquivada e os parlamentares terão que editar um decreto legislativo para disciplinar os efeitos jurídicos gerados durante a vigência da MP. O governo não poderá editar outra MP com o mesmo teor da que foi rejeitada nesta mesma legislatura.

Com relação ao PDL 342, esta vitória não é apenas da categoria bancária, mas de todos os trabalhadores de outras categorias, uma vez que a CGPAR 23 afetava os planos de saúde de todas as empresas públicas federais. Foi a força da nossa mobilização que possibilitou barrarmos esta resolução. Temos que comemorar, mas sabemos da dura conjuntura que enfrentamos, com ataques constantes do governo Bolsonaro contra nossos direitos. Por isso, temos que fortalecer esta união e mobilização para também vencermos a luta contra o PL 1043 (que autoriza o trabalho bancário aos sábados e domingos) e tantos outros ataques que estamos sofrendo.

A CGPAR 23 mostra todo o desprezo que os governos liberais têm com a saúde do trabalhador. É parte das consequências de elegermos candidatos que não têm compromisso com os trabalhadores e as causas sociais. Em longo prazo, a CGPAR 23 levaria ao fim dos planos de saúde de autogestão das empresas estatais, obrigando os funcionários a pagar os valores absurdos cobrados pelas empresas privadas e sobrecarregando ainda mais o SUS.

Vamos seguir resistindo aos ataques aos direitos dos trabalhadores e defendendo as empresas públicas, os bancos públicos e a democracia. Continuamos atentos e juntos na luta com você!



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
 Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
 Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

CONFERÊNCIA NACIONAL

Defesa da democracia é essencial para manter nossos direitos e conquistas

Terminou dia 4/9 a 23ª Conferência Nacional dos Bancários que aprovou um plano de lutas para a categoria. Os debates e as resoluções tomadas no evento retratam a necessidade de união da categoria diante de um cenário de crise econômica, política e sanitária que atinge o país. A Conferência combinou um posicionamento de defesa da democracia com as conquistas e direitos da categoria.

“Conseguimos reunir cerca de 1.200 pessoas em uma discussão necessária

para a categoria bancária e para todo o país. Ficou claro nos debates que sem democracia não há PLR, vale refeição e alimentação ou convenção coletiva. A Conferência mostrou a necessidade do Fora Bolsonaro, porque o Brasil só vai retomar o rumo do desenvolvimento quando colocarmos no governo outra forma de governar, priorizando a distribuição de renda, da geração de empregos e do combate à miséria”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, que também é coordenadora do Comando Nacional da categoria.

DEBATES – Cerca de 1.200 pessoas participaram da Conferência, que contou com mesas que abor-



daram temas como “O Brasil que queremos”, “Retrato da categoria bancária”, “Qual sistema financeiro o Brasil precisa” e “Brasil sem desigualdades”. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma saudação na abertura da Conferência, sexta-feira, dia 3/9. Lula lembrou que sua relação com a categoria bancária é forte desde 1978. O ex-presidente disse para que a categoria não perdesse a fé na reconquista da dignidade do povo brasileiro. E na conquista da democracia.

PLANO DE LUTAS – Na Conferência, delegadas e delegados avaliaram o plano de lutas, com 110 propostas de resolução aprovadas em bloco. Os

destaques foram para as resoluções para manter negociações sobre teletrabalho com todos os bancos, buscando garantir e ampliar direitos; fortalecer as negociações na mesa de saúde; pela regulamentação do sistema financeiro, pela adesão no grito dos excluídos (7 de setembro), pela defesa dos bancos públicos, das empresas públicas e do serviço público, pela tributação dos super-ricos, por uma reforma tributária progressiva e que distribua renda e pelo Fora Bolsonaro. Também foram aprovadas moções em bloco, com destaque para a moção de apoio a Rita Serrano, representantes dos empregados no conselho de administração da Caixa.

Em derrota para Bolsonaro, Senado vota contra Reforma Trabalhista

Por 47 a 27, o Senado derrotou o governo Bolsonaro e rejeitou integralmente a reforma trabalhista que a Câmara dos Deputados contrabandeou no texto da Medida Provisória (MP) nº 1045, em conluio com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Pelo Ceará, apenas o senador Eduardo Girão (Podemos) votou a favor da proposta prejudicial aos trabalhadores. Os senadores Cid Gomes (PDT) e Tasso Jereissati (PSDB) votaram contra a MP.

A reforma foi fortemente combatida pelo movimento sindical, que atuaram nas ruas, nas redes sociais e no Congresso Nacional, conversando com os parlamentares, explicando os prejuízos para o país e para o povo. O presidente da CUT, Sérgio Nobre, inclusive, se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para detalhar as perversidades da medida.

MEDIDA HAVIA SIDO GESTADA E APROVADA NA CÂMARA – Com a desculpa de que as medidas gerariam empregos para os jovens, os deputados aprovaram uma reforma Trabalhista que criava novos regimes de contratação sem direitos a férias, 13º salário, carteira assinada, FGTS e outros direitos. São “jabutis” (menudas estranhas ao tema principal da MP), reagiram os senadores contrários à reforma se referindo aos itens que os deputados colocaram no texto da MP, que tinha como objetivo apenas a recriação do programa de redução de jornadas e salários e suspensão de contratos. Os senadores rejeitaram até a recriação deste programa. Para os senadores, inclusive de partidos da base do governo, as medidas fragilizavam as relações trabalhistas.

ORIENTAÇÃO DAS LIDERANÇAS		DESCRIÇÃO	VOTAÇÃO EM ANDAMENTO
SS	MDB LIVRE	Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19 no âmbito das relações de trabalho e dá outras providências.	SIM 27 NÃO 47 ABSTENÇÃO 1 PRESIDENTE 1 QUORUM 76 Votação Aberta Quorum Simples
N	PSD LIVRE		
S	Podemos LIVRE		
N	PROGRES SIM		
a	PSDB NÃO		
N	DEM SIM		
N	PT NÃO		
S	PL LIVRE		
S	Cidadania NÃO		
S	PDT NÃO		
S	PROS LIVRE		
S	REDE NÃO		
N	Patriota		
	PSC		
	Republica SIM		
	PSL SIM		
	Maioria LIVRE		
	Minoria NÃO		
	Governo SIM		
	Oposição NÃO		
	Banc Fem LIVRE		

Confira 15 direitos fundamentais que a MP 1045 tiraria dos trabalhadores

1. Acabaria com a carteira assinada para muitos
2. Trabalhador poderia ser contratado por metade do salário mínimo
3. Fim do 13º salário para alguns trabalhadores
4. MP acabaria com FGTS e reduzia percentual dos depósitos
5. Trabalhador perderia até direito à aposentadoria e auxílio-doença
6. Fim das férias remuneradas e redução da hora extra para trabalhadores com jornadas especiais, como os bancários, jornalistas, telemarketing etc.
7. Redução de multas pagas ao trabalhador em caso de demissão
8. Restringia a fiscalização das empresas, mesmo em situações análogas à escravidão
9. Restrição à Justiça do Trabalho gratuita
10. Dispensa sem justa causa
11. Trabalhador pagaria por erro de empresa no BEm (Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda)
12. Substituição de trabalhadores por aqueles contratados pelas novas regras
13. Prejudicaria saúde do trabalhador
14. Práticas antissindicais com prejuízos a quem fechasse acordo com apoio dos sindicatos
15. Menos impostos com prejuízos à população em geral

Senado derruba CGPAR23 que podia acabar com planos de saúde de estatais

Em sessão realizada dia 1º/9, o plenário do Senado aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 342/2021, que suspende os efeitos da Resolução 23/2018, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que acaba com planos de saúde de trabalhadores de estatais e seus dependentes. Foi mais uma vitória da classe trabalhadora, que se mobilizou para derrubar a resolução nas ruas e nas redes, além de atuar junto aos parlamentares no Congresso Nacional.

A Resolução 23, rejeitada pelos senadores, tratava das regras do custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados. Esse era mais um ataque do governo aos direitos dos trabalhadores, uma vez que representava o fim de diversos planos de saúde de estatais. Para que os trabalhadores permanecessem nos planos, previa a divisão dos custos, meio a meio, com a empresa. Isso afetaria mais de 3 milhões de trabalhadores das estatais, especialmente aposentados e pensionistas, que corriam o risco de ficar sem plano de saúde.

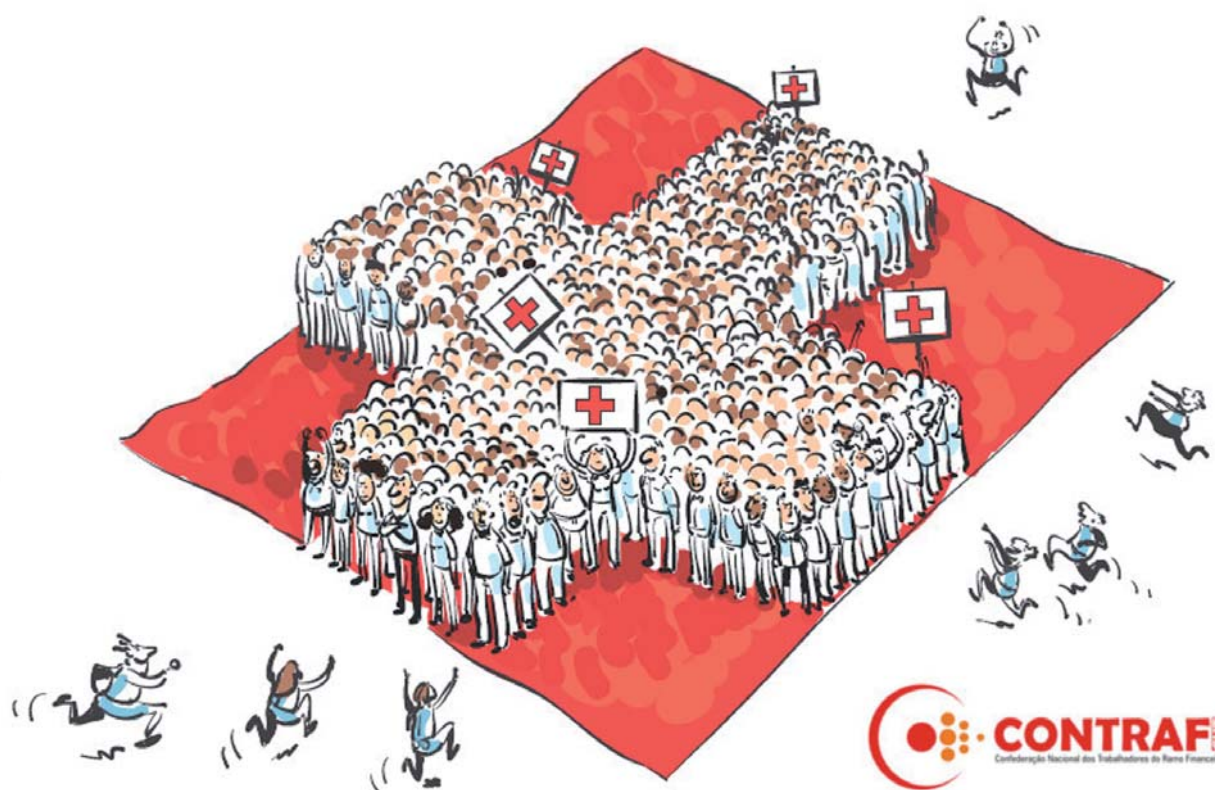
Segundo a autora do projeto, deputada federal Erika Kokay (PT-DF), a resolução — agora revogada — limitava a contribuição das empresas estatais aos planos de saúde dos empregados que forem organizados sob a forma de autogestão. De acor-

do com ela, a resolução exorbitava o poder regulamentar do Executivo por contrariar as regras da Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656, de 1998) e ferir direitos adquiridos dos empregados das estatais, que estariam assegurados em negociações coletivas e em estatutos.

Relator da matéria no Senado, Romário (PL-RJ) apresentou voto favorável ao projeto de Erika Kokay. O senador afirmou que a resolução é inconstitucional por restringir indevidamente o direito dos empregados à saúde e violar direitos adquiridos dos trabalhadores à manutenção das condições do contrato de trabalho. “Apesar de declarar que estabelece diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos

empregados, na realidade [a resolução] restringe o direito à saúde dos empregados de empresas estatais”, disse Romário ao ler seu relatório.

“Com a citada resolução, o que se tem é o empregador simplesmente declarando que contribuirá a menor para o citado plano, sem qualquer tipo de compensação, contrapartida ou mesmo transição”, acrescentou o senador, que também argumentou que a resolução, por ter status normativo-hierárquico infralegal, não pode contrariar o que diz a lei. “Ora, se a lei não exige esse requisito e, mais ainda, expressamente exclui essa exigência, jamais poderia uma resolução instituí-lo. Ao fazer isso, nitidamente exorbita do poder regulamentar, o que exige sua sustação pelo Congresso Nacional”.



Representação dos empregados pede à Caixa a suspensão das novas regras da GDP

A Contraf-CUT enviou dia 2/9 um ofício à Caixa Econômica Federal solicitando suspensão do processo de implementação das novas regras do programa de Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) e o encaminhamento da pauta à mesa permanente de negociação com os representantes sindicais dos empregados.

“As novas regras do GDP foram divulgadas recentemente pela Caixa e, entre novos itens, consta a previsão de adoção da ‘curva forçada’, prática em desuso entre organizações e áreas gestão de recursos humanos”, disse a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt. “Entre os absurdos dessa curva forçada, foi estabelecido que pelo menos 5% dos empregados da unidade serão avaliados como se tivesse baixo desempenho, mesmo sendo bons funcionários. E isso traz reflexos funcionais terríveis, pois impossibilita participação em processos seletivos internos, promoção por mérito entre outros”, criticou.

Em seu ofício, a Contraf-CUT observa que “por seu caráter gerador de desgastes e desagregador nas relações de trabalho entre a empresa e os trabalhadores e, horizontalmente entre os empregados, (o novo GDP) reforça inúmeras injustiças nestas relações”.

Segundo a dirigente da Contraf-CUT, uma característica da nova GDP é a geração de diferenciação onde não se constatam assimetrias de



desempenho. “Nós somos contra a GDP porque é algo que individualiza metas, impõe uma competitividade que desfavorece o coletivo. Mas, já que a Caixa institucionalizou essa ferramenta, ela tem que propor mecanismos objetivos, se furtar de implementar a ‘curva forçada’ e estabelecer sistemas para mensuração de indicadores e de recursos para se avaliar o desempenho das pessoas, de forma consistente e confiável. Por isso, essas novas regras são absurdas”, disse.

Fabiana disse ainda que o desenvolvimento dos empregados deve ocorrer em ambiente de cooperação, com objetividade e se afastar o estímulo à competição. “A GDP hoje é um instrumento potencializador de práticas de assédio moral e de intimidação contra os empregados”, acrescentando ainda que, da forma como está, a GDP permite a avaliação e a comparação de desempenho entre funcionários que estão sobrecarregados no presencial com aqueles que estão sem qualquer ambiente e sem as ferramentas adequadas para cumprir o trabalho e, tampouco para cumprir metas. “Como avaliar o desempenho em situações tão distintas?”, questionou a coordenadora da CEE.

NOVO SEGURO DE VIDA BRADESCO:

saiba como proceder para
garantir seu direito

Depois de muitas dúvidas dos trabalhadores, a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco buscou mais informações sobre o seguro de vida para funcionários e aprendizes do banco, 100% subsidiado pela organização, que começou a valer no dia 1º de junho.

É importante destacar que no caso de morte do cônjuge, filhos, pai, mãe, sogro e sogra, o titular do seguro ou familiares deverão acionar imediatamente a assistência funeral, por meio do telefone 4004-2704 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 701 2704 (demais localidades do Brasil) com atendimento 24h, inclusive sábados, domingos e feriados.

O único caso reembolsável é quando morre o funcionário titular do seguro, até porque muitas vezes a família desconhece que o trabalhador tinha o seguro com a assistência funeral. “O trabalhador do Bradesco tem de ficar atento. Pois se não avisar a seguradora do ocorrido no momento, perde o direito”, salientou Magaly Fagundes, coordenadora da COE Bradesco.

A cobertura é de R\$ 50 mil para 100% dos funcionários e dos aprendizes. Em caso de invalidez dos funcionários e dos aprendizes, o limite de cobertura também será de até R\$ 50 mil.

Manifestação: funcionários do Itaú exigem respeito

O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou na última sexta-feira, dia 3/9, uma manifestação cobrando respeito e valorização aos funcionários do Itaú. Na ocasião, os dirigentes da entidade realizaram visitas às agências do corredor bancário do Montese.

A entidade alertou para o crescente número de desligamentos ocorridos no banco no último período. Os processos de reestruturação no banco têm afetado diretamente os trabalhadores com o fechamento de agências, alteração nas funções, assédio moral causado pelos agressivos programas de metas estipulados, com o consequente adoecimento dos trabalhadores. Todas estas medidas elevam a carga de trabalho e ampliam a rotatividade, criando um ambiente de trabalho nocivo. “De que adianta mostrar na mídia uma imagem de que se preocupa no futuro, se no presente, o banco massacra seus funcionários?”, questionaram os dirigentes Alex Citó, Marcos Francelino e Mateus Neto durante as visitas.

As manifestações fazem parte de uma campanha nacional em defesa dos funcionários do Itaú e vão acontecer semanalmente abrangendo os diversos corredores bancários e as principais agências do banco em Fortaleza.



Bancários com mais tempo de casa sofrem descaso e discriminação no Itaú

Nos últimos anos, o Itaú tem passado por constantes mudanças, novos projetos, reestruturações, como o programa GERA e o projeto Itaú 2030. Por conta disso tudo, o banco deixa claro que está em busca de um novo perfil de funcionário.

O próprio presidente do banco afirmou isso em entrevista ao Jornal Valor Econômico, publicada dia 3/9. Milton Maluhy Filho chegou à presidência em fevereiro com a missão de aprofundar a transformação digital no Itaú. “Em momento algum ele fala sobre o funcionário, sobre a valorização dos trabalhadores que levaram o banco a ser o maior da América Latina”, lamenta Jair Alves, coordena-

nador da Comissão de Organização de Empresa (COE) do Itaú.

Na reunião entre o Comando Nacional dos Bancários e os representantes dos sindicatos, no dia 25/8, o CEO da Área de Pessoas apresentou a todos um “banco do futuro”. “O que vemos são dois bancos diferentes: um que ele nos apresenta e outro vivido pelos trabalhadores no dia a dia”, aponta Jair Alves. “Muitas denúncias de trabalhadores com mais tempo de banco estão chegando aos sindicatos de todo o país. Eles relatam que são caracterizados como mais velhos e que estão sofrendo humilhações feitas pelos gestores, que também não respeitam a questão de gênero. Temos relatos de trabalhado-

res de departamentos e de agências, que passaram por esses constrangimentos”, relata. Em seus relatos, os bancários denunciam algumas das frases usadas pelos gestores: “Dê espaço aos mais novos, seu tempo de banco já deu o que tinha que dar”; “Vamos dar prioridade à juventude, seu momento de crescimento já passou”; “Não vou promover você porque está velho demais”, entre outras coisas.

Em diversas reuniões, os dirigentes sindicais alertaram a direção do banco sobre a postura inadequada dos gestores. E essas novas denúncias serão levadas ao banco para que medidas sejam tomadas.

Bradesco: Recorde de lucro vem atrelado a desemprego, metas abusivas e assédio moral

O Sindicato dos Bancários do Ceará percorreu, mais uma vez, dia 2/9, as agências do Centro de Fortaleza, atividade da Campanha de Valorização dos funcionários do Bradesco. Na ocasião, a entidade visitou as agências Barão do Rio Branco (que deve fechar em breve), Verdes Mares, Peixinhos e Fortaleza Centro. Os bancários enfatizaram os prejuízos com o fechamento de unidades de atendimento, o alto índice de demissões, além de cobrarem melhores condições de trabalho, o fim da pressão por metas, cada vez mais abusivas, e do assédio moral.

Em plena pandemia, o banco vem batendo recordes de lucratividade, mas, em contrapartida, onera seus funcionários com metas abusivas, assédio moral, ameaça de demissões, redução de quadros e fechamento de agências, o que também precariza o atendimento à população. Com o slogan “Que Vergonha Bradesco”, as entidades representativas dos funcionários vêm denunciando, nas ruas e nas redes sociais, a postura intransigente do banco. A campanha acontece todas as quintas, com tuitos e manifestações.

O Bradesco teve lucro líquido recorrente (que exclui efeitos extraordinários) de R\$ 12,834 bilhões no 1º semestre do ano, um crescimento de 68,3% em relação ao mesmo período de 2020. Mesmo assim, vem demitindo e fechando unidades por todo o país e quem fica no banco, está exposto a condições de trabalho extremamente nocivas.

“São metas abusivas, assédio moral para cumprimento dessas mesmas metas, precarização das condições de trabalho, adoecimento elevado. Diante de tantos lucros, o mínimo que o banco deve fazer pelos funcionários é respeitá-los e valorizá-los”, destacou o diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco, Telmo Nunes.



Genocídio racial

A chance de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros no Brasil em 2019 foi de 29,2, enquanto a da soma dos amarelos, brancos e indígenas foi de 11,2. Os dados fazem parte do Atlas da Violência 2021, divulgado dia 31/8 e elaborado por meio de uma parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Ipea, do Ministério da Economia, e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), ligado ao governo do Espírito Santo. De acordo com a pesquisa, os negros representaram 77% das vítimas de assassinato no país em 2019.

Menos vacinas em 2022

- O governo Bolsonaro reservou para compras de vacina contra a Covid-19 em 2022 um valor 85% menor do que o previsto para 2021.
- De acordo com o Orçamento do ano que vem apresentado ao Congresso dia 31/8, serão R\$ 3,9 bilhões para aquisição de imunizantes, contra R\$ 27,8 bilhões autorizados para a mesma finalidade neste ano. Segundo representantes do Ministério da Saúde, o valor será destinado à compra de vacinas da AstraZeneca produzidas com insumos da Fiocruz, além de seringas. O montante é suficiente para o governo adquirir somente 140 milhões de doses da AstraZeneca, quantidade que não chega nem a cobrir o necessário para uma aplicação em toda a população adulta.

Criminalização das fake news

- Com quatro vetos, Bolsonaro sancionou dia 2/9 a Lei nº 14.197, que revoga a Lei de Segurança Nacional e adiciona ao Código Penal uma parte especial relativa aos crimes contra o Estado Democrático. Entre os vetos, o mais crítico se refere a um artigo que criminalizaria a promoção e financiamento de campanha de disseminação de fake news que comprometessem o processo eleitoral. O texto enviado pelo Congresso previa pena de 1 a 5 anos de reclusão. Bolsonaro é atualmente um dos investigados no inquérito das fake News no STF. Os vetos de Bolsonaro serão analisados pelo Congresso Nacional em 30 dias e podem ser derrubados na Câmara dos Deputados e no Senado.